

## O DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DO JORNALISMO NA INSTÂNCIA DA AUTORREFERÊNCIA

**Guilherme Guerreiro Neto<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Entende-se aqui o jornalismo como instituição social. A objetivação da realidade que forma as instituições tem duas instâncias: institucionalização e legitimação. A legitimação busca explicar e justificar o mundo institucional a partir da linguagem. Com base no discurso de legitimação do jornalismo, constrói-se o problema: como se configuram, a partir da autorreferência em editoriais, os modos discursivo e argumentativo da busca do jornalismo por legitimação? Neste artigo, analisam-se exemplos isolados que são parte do objeto empírico da pesquisa em andamento no mestrado. O aporte metodológico vem da análise do discurso e da nova retórica.

**Palavras-chave:** jornalismo; legitimação; instituição; discurso; autorreferência.

### **Introdução**

Há um consenso social que delega ao jornalismo a função – e, conseqüentemente, o poder – que o constitui. Não que seja uma delegação refletida. Ao contrário, trata-se de algo quase automático, feito com economia de esforços, afinal, o jornalismo traz carga de autoevidência por estar no mundo antes do nascimento do indivíduo da sociedade contemporânea. Quando se fala em crise do jornalismo – que é diferente de crise dos jornais –, ainda que não se nomeie, o que está em jogo é a manutenção da validade dessa delegação, ou, em outras palavras, a legitimidade do jornalismo.

Boa parte dos fundamentos legitimadores empunhados historicamente pelo jornalismo parece permanecer de pé. Mas, diante de tensionamentos atuais, talvez tais fundamentos apareçam a partir de novas estratégias argumentativas. Roupas novas para velhos valores. É possível ainda que alguns tenham perdido importância, que outros comecem a emergir em resposta às incertezas entranhadas no jornalismo.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. E-mail: [neto.guerreiro@gmail.com](mailto:neto.guerreiro@gmail.com).

Os discursos e argumentos de legitimação do jornalismo articulados em editoriais marcados pela autorreferencialidade formam o objeto de estudo a ser investigado. Parte-se da seguinte questão-problema: como se configuram os modos de legitimação do jornalismo a partir da autorreferência na construção discursiva e argumentativa de editoriais? Os conceitos costurados para a delimitação do problema serão explicados no decorrer do texto.

O percurso apresentado neste artigo corresponde ao projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. A intenção aqui é panorâmica, dar uma noção geral da proposta para a dissertação. O que certamente compromete o aprofundamento das ideias; isolar um aspecto do todo seria mais profícuo nesse quesito. Contudo, a escolha feita permite expor a críticas as etapas metodológicas (acionamento de teorias, construção do problema, escolha dos observáveis, procedimentos de análise) e transformar a apresentação do artigo em uma espécie de qualificação aberta.

### **Jornalismo, instituição, legitimação**

A complexidade do fenômeno jornalístico permite abordá-lo a partir de diferentes visadas a depender do objeto de estudo específico do pesquisador. Pode-se tratar o jornalismo, por exemplo, como forma de conhecimento, como gênero do discurso, como narrativa, como campo social. Neste trabalho, o jornalismo é entendido como instituição social. Significa dizer que atua na relação indivíduo-sociedade, no processo de socialização, enquanto realidade objetiva, externa à consciência dos indivíduos.

Exterioridade, objetividade, coercitividade, autoridade moral e historicidade são as características fundamentais de uma instituição (BERGER; BERGER, 2008). Para Peter e Brigitte Berger (2008), instituição é “um padrão de controle”, “uma programação da conduta individual imposta pela sociedade” (p. 163). Esse entendimento liberta o conceito de uma acepção unilateral focada em instituições reconhecidas e reguladas por lei. O problema passa a ser então a amplitude do conceito.

Assim como os meios de comunicação de massa (BERGER; LUCKMANN, 2004), o jornalismo é uma instituição de orientação de sentido da modernidade que, além da intermediação entre o indivíduo e a sociedade, atua na intermediação entre o indivíduo e outras instituições. Autores ligados ao *novo institucionalismo*, como Cook e Sparrow,

consideram que rotinas e práticas que definem o jornalismo, como imparcialidade, objetividade e a “pirâmide invertida”, são também instituições (RYFE, 2006).

A instituição jornalística é, portanto, formada por uma série de outras instituições: papéis, ambientes, estruturas, procedimentos, formatos, práticas e rotinas cristalizados. Enquanto vinculadas ao jornalismo, instituição em sentido macro, essas outras instituições podem ser consideradas micro. Tomadas por si, as microinstituições jornalísticas podem ser analisadas como instituições completas; são micro apenas em relação à (macro)instituição jornalística. Diferenciar categorias institucionais é útil na tentativa de minimizar a abrangência do conceito. É da instituição jornalística em nível mais global que se trata aqui.

Há aproximações possíveis entre as noções de instituição social e campo social. Benson (2006) relaciona o *novo institucionalismo* e a *teoria dos campos* de Pierre Bourdieu: para o primeiro as sociedades contemporâneas são compostas por um número de ordens institucionais concorrentes e semi-autônomas; a segunda retrata a modernidade como um processo de diferenciação em esferas de ação semi-autônomas e cada vez mais especializadas, como o campo político, o econômico ou o cultural.

Não significa que campo e instituição carreguem o mesmo sentido. Enquanto a ideia de campo remete a disputas reguladas por lógicas próprias, a de instituição traz algum nível de coesão e estabilidade – ainda que as instituições sejam repletas de contradições. Dentro de um campo, instituições e indivíduos estabelecem diferentes tipos de relação.

*Habitus* e capital simbólico são outros dois conceitos que precisam ser acionados quando se fala em campo social. Para Bourdieu (2009), o *habitus* é, ao mesmo tempo, presença operante do passado do qual é produto e aquilo que confere às práticas independência relativa; “opera a *reativação* do sentido objetivado nas instituições” (p. 94, grifo no original). Já o capital simbólico é um crédito “que somente a *crença* do grupo pode outorgar àqueles que lhe dão um maior número de garantias materiais e simbólicas” (BOURDIEU, 2009, p. 199, grifo no original).

É possível relacionar a ideia de construção social da realidade de Peter Berger e Thomas Luckmann e o modo de geração do cotidiano pela ótica de Bourdieu. Ainda que uma perspectiva carregue um viés fenomenológico e outra dialogue com o estruturalismo – o que indica diferenças que devem ser consideradas –, há um entendimento dialético comum: de um lado, campo e *habitus* são reciprocamente estruturados e estruturantes, de

outro, não dá para dissociar exteriorização-objetivação-interiorização, os três momentos da realidade social: “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 87).

Berger e Luckmann (2008) compreendem a formação da realidade objetiva com base em duas instâncias: institucionalização e legitimação. A institucionalização ocorre quando há “tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (p. 79). A legitimação funciona como objetivação de sentido de segunda ordem, é o processo de explicação e justificação do mundo institucional: explica a ordem institucional dando validade cognoscitiva a seus significados objetivos e a justifica dando dignidade normativa a seus imperativos práticos.

As noções de legitimidade (atributo) / legitimação (processo), que em Max Weber aparecem atreladas especificamente ao Estado<sup>2</sup>, com Berger e Luckmann ganham uso muito mais amplo, passam tratar das instituições em geral. Inicialmente, cogitou-se relacionar os conceitos de legitimação e capital simbólico, como foi feito com instituição e campo. No entanto, capital simbólico parece estar mais próximo de outro conceito caro ao jornalismo, o de credibilidade. Segundo Christa Berger (2003), “O capital do campo do jornalismo é (...) a credibilidade” (p. 21).

Se a legitimação tem a mesma estabilidade própria das instituições, o capital simbólico – no caso do jornalismo, a credibilidade – é mais volátil, está necessariamente em circulação. Assim, pode-se considerar a legitimidade enquanto atributo concedido a instituições, atores institucionais ou práticas institucionais explicadas e justificadas e credibilidade enquanto atributo concedido a algo ou alguém considerado digno de crença.

O modo de entender instituição, campo e legitimação/legitimidade hoje deve levar em conta o processo de mediação em curso na sociedade. Trata-se da passagem da “sociedade dos meios” para a “sociedade de mediação”, em que “a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade” (FAUSTO NETO *apud* BRAGA, 2012, p. 34-35).

---

<sup>2</sup> Weber (2008) trata de três fundamentos de legitimidade (razões internas que justificam a dominação): o poder tradicional, o poder carismático e o poder legal.

Para Braga (2012), os processos de interação “em mediação” modificam os modos de ação dos campos sociais e os modos de interação entre os campos e a sociedade. Tem-se então um atravessamento dos campos sociais estabelecidos por circuitos marcados pela mediação. Antônio Fausto Neto (2008) identifica, no campo jornalístico, um “modo de legitimidade” permeado pela autorreferencialidade: “iniciativas auto-referenciais que procuram expandir as novas possibilidades (para não dizer, as próprias fronteiras) de legitimidade da autonomia, via novos processos de produção de sentido” (p. 119).

### **Linguagem, autorreferência, discurso**

De todas as instituições, a linguagem é provavelmente a primeira e mais importante, afinal, é nos padrões subjacentes da linguagem que as outras instituições se fundam (BERGER; BERGER, 2008). No que se refere à legitimação, a importância da linguagem é explícita: “O edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 92). Por isso acredita-se que o processo de legitimação do jornalismo precisa ser estudado considerando a inter-relação instituição-linguagem.

A linguagem jornalística está fundamentada na referencialidade, o que significa, como diz Nilson Lage (2006), que o jornalismo “fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si” (p. 51). Esse caráter referencial, ou seja, importar das ocorrências mundanas as bases para a construção do relato jornalístico, parece algo evidente, e a crença na justeza dessa mediação marca a função social do jornalismo. A autorreferencialidade, portanto, não define a linguagem jornalística.

A instância da autorreferência pode ser vista como sintoma do processo de mediação, mas não se está diante da passagem de uma lógica referencial para outra autorreferencial. O que se evidencia é que a lógica autorreferencial ganha novos usos que não devem ser desprezados. Neste estudo, porém, não é o papel da autorreferencialidade enquanto dispositivo estratégico legitimador que será analisado, e sim as propriedades discursivo-argumentativas escancaradas via autorreferência.

Não basta ao jornalismo se autoproclamar legítimo; é a sociedade que atribui legitimidade à instituição jornalística. Há um caráter relacional de busca e concessão entre

o jornalismo e a sociedade. Mas, na medida em que o processo de legitimação se configura por explicar e justificar a instituição, o proferimento em busca de legitimidade tem função prática, de ação, pode ser visto, portanto, enquanto “ato de fala”.

O tratamento da linguagem como ação, e não representação da realidade, aparece na teoria esboçada por John Austin (1990). Quando o assunto é a reiteração da legitimidade do jornalismo, em certos casos, além do fato de que dizer por si é fazer algo (ato locucionário) realiza-se um ato *ao* dizer algo (ato ilocucionário). Nos dois exemplos analisados neste artigo, percebem-se atos ilocucionários: em um de garantia<sup>3</sup>, em outro de advertência<sup>4</sup>.

Para além dos atos de fala, o discurso pode ser visto como prática. É o que faz Michel Foucault (2008), que não trata os discursos “como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (p. 55). Lidar com a prática discursiva, para Dominique Maingueneau (2008), é considerar a relação entre textos e a “rede institucional” de um grupo, “aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível” (p. 23).

A abordagem teórico-metodológica da pesquisa traz elementos da análise arqueológica (Foucault), da análise do discurso (Maingueneau) e também da análise retórica e argumentativa (Amossy, Perelman), afinal, como diz Wilson Gomes (2009), o discurso de legitimação do jornalismo precisa “convencer a todos de que o jornalismo é uma instituição importante, preciosa e necessária para toda a sociedade e que, portanto, deve ser mantida, protegida e cuidada” (p. 68).

Compõem os observáveis da pesquisa editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo publicados em um período de dois anos: de março de 2009 a fevereiro de 2011. O objetivo é analisar a articulação de discursos e argumentos de legitimação do jornalismo a partir da autorreferencialidade em editoriais de jornais impressos. Para isso, serão feitos cinco atravessamentos analíticos no material empírico: (1) identificação de grupos de enunciados, (2) de outros discursos em relação aos quais os enunciados

---

<sup>3</sup> “(...) é fundamental a combinação de inovação tecnológica e fidelidade aos princípios que sempre nortearam o jornal, de seu nascimento em 1875 até hoje. As mudanças da feição gráfica do jornal (...) seguiram todas essa linha. E **será assim mais uma vez.**” (O ESTADO DE S. PAULO, 2010, grifo nosso).

<sup>4</sup> “**Fiquem ambos advertidos** [Lula e Dilma Rousseff], porém, de que tais bravatas somente redobram a confiança na utilidade pública do jornalismo livre. **Fiquem advertidos** de que tentativas de controle da imprensa serão repudiadas - e qualquer governo terá de violar cláusulas pétreas da Constituição na aventura temerária de implantá-lo.” (FOLHA DE S. PAULO, 2010, grifo nosso).

encontrados se constituem, (3) do enunciatório, (4) do enunciador e ethos discursivo e (5) dos argumentos e valores a eles associados.

### **Exercício de análise**

Propõe-se aqui um exercício de análise, um teste para avaliar as potencialidades metodológicas das camadas de leitura citadas. São dois editoriais analisados: um de O Estado de S. Paulo, publicado em 14 de março de 2010, intitulado “O que muda e o que permanece” (ver Anexo A); e um da Folha de S. Paulo, publicado em 26 de setembro de 2010, com título “Todo poder tem limite” (ver Anexo B). O editorial do Estadão aparece em um contexto de reforma do projeto gráfico do jornal, o da Folha em um contexto eleitoral de críticas do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da então candidata Dilma Rousseff à imprensa.

Como neste artigo a análise está limitada a dois textos, a primeira entrada no material (1), para identificar grupos de enunciados, é feita estabelecendo o enunciado central de cada um. O editorial do Estadão inscreve-se na dicotomia mudança/continuidade: “muda a forma, para tornar mais fácil e atraente a leitura, mas permanece inalterado o seu compromisso com a qualidade e a exatidão da informação e com a ética jornalística”. A referência, portanto, é mais organizacional (diz respeito à empresa jornalística) do que institucional (ao jornalismo em sentido geral). Mas os valores acionados estão prescritos na instituição jornalística – e prescrevem a imagem de jornalismo que o jornal constrói.

No caso da Folha, o editorial faz a crítica da crítica: adverte representantes do poder político quanto ao confronto com a imprensa. O enunciado central é inscrito, concomitantemente, na crítica à postura de Lula e Dilma (“Lula e a candidata oficial têm-se limitado até aqui a vituperar a imprensa, exercendo seu próprio direito à livre expressão, embora em termos incompatíveis com a serenidade requerida no exercício do cargo que pretendem intercambiar”) e na defesa do jornalismo, enquanto instituição (“tais bravatas somente redobram a confiança na utilidade pública do jornalismo livre”) e também especificado na empresa Folha (“Esta **Folha** procura manter uma orientação de independência, pluralidade e apartidarismo editoriais”).

A segunda leitura (2), que incide sobre os outros discursos com os quais o discurso analisado se relaciona, tem como pressuposto a noção de interdiscursividade como característica constitutiva do discurso<sup>5</sup>. Os Outros do editorial do Estadão são os discursos anteriores que marcaram tanto “as mudanças por que passou o jornal, ao longo de seus 135 anos de existência” quanto as permanências que instauram a identidade que o jornal – e que são retomados no editorial em questão. O Outro do editorial da Folha é mais explícito: trata-se dos discursos críticos de Lula e Dilma à imprensa.

A identificação do enunciatário, ao seja, a quem a construção discursiva se destina, repõe ao terceiro atravessamento no material empírico (3). É à sociedade em geral, e especificamente aos leitores do jornal que o editorial de O Estado parece falar. A Folha manda sua advertência ao poder político instituído, especificamente ao presente da república e sua candidata. José Marques de Melo (1985) tinha como hipótese que em ambientes de opinião pública autônoma, de sociedade civil forte e organizada, o editorial é dirigido à coletividade; em sociedades em que o Estado é todo-poderoso na organização política, o editorial dialoga com o Estado. Os exemplos analisados parecem mostrar que há alternância entre esses dois enunciatários típicos.

A imagem do enunciador, o seu ethos, que corresponde à quarta etapa de leitura (4). No sentido trabalhado por Ruth Amossy (2011), o ethos não é moldado apenas na linguagem, tem uma dimensão discursiva e outra institucional. O Estadão recupera no discurso seu ethos prévio vinculado à “tradição” articulando-o com o ethos discursivo da “inovação”, relacionado às alterações no jornal e no site. O ethos carrega também um caráter de “exatidão”, “precisão” e “rigor”, no que diz respeito à informação, e “coerência com os princípios”. Ao apresentar a própria imagem enquanto enunciador, o jornal expõe também um ethos jornalístico, nesse sentido mais geral.

O modo como a identidade se constrói a partir do Outro fica evidente no editorial da Folha. O ethos do jornal – e da instituição jornalística – mostra imagem “adversarial” em relação ao poder político, um ethos clássico do jornalismo. A imagem positiva do enunciador apoia-se na projeção de uma imagem negativa do Outro, seja exemplificado pelo partido (“Pois foi a imprensa quem revelou ao país que uma agência da Receita

---

<sup>5</sup> Maingueneau (2008) defende o “primado do interdiscurso”, ou seja, ele considera que os discursos “não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso” (p. 21).

Federal plantada no berço político do PT, no ABC paulista, fora convertida em órgão de espionagem clandestina contra adversários.”), seja pelo governo (“Foi a imprensa quem mostrou que o principal gabinete do governo, a assessoria imediata de Lula e de sua candidata Dilma Rousseff, estava minado por espantosa infiltração de interesses particulares.”).

A quinta leitura (5) diz respeito à identificação dos argumentos legitimadores e dos valores a eles vinculados. Como a legitimação do jornalismo precisa da aceitação e delegação social, não se pode furtar de considerar a argumentação, que, lembram Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), visa obter a adesão daqueles a quem se dirige. No editorial do Estadão, recorre-se aos princípios de pluralismo ou equilíbrio (“notícias precisas e reportagens feitas com rigor, dando voz a todas as partes envolvidas na questão por elas tratadas”) e à posição de defensor da democracia (“opiniões (...) sobre todos os assuntos que digam respeito à defesa e ao aperfeiçoamento das instituições democráticas”).

A Folha reapresenta seus três valores tradicionais – independência, pluralidade e apartidarismo – e levanta o argumento do jornalismo como contrapoder (“Se existe risco à vista, é de enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos que protege as liberdades públicas e o direito ao dissenso quando se formam ondas eleitorais avassaladoras (...). Nesses períodos, é a imprensa independente quem emite o primeiro alarme (...”).

### **Considerações finais**

O modo de abordagem dos observáveis não parece pronto, mas testá-lo permite refletir sobre os limites encontrados. O que não se pode perder de vista para o projeto em andamento é que os atravessamentos analíticos no material empírico só servem se efetivamente ajudarem a responder o problema de pesquisa, que retomo aqui: como se configuram os modos de legitimação do jornalismo a partir da autorreferência na construção discursiva e argumentativa de editoriais?

É preciso ainda pensar em algumas questões referentes ao acionamento teórico-metodológico: ainda que a intenção seja adequar o método ao objeto, é possível trabalhar conceitos da arqueologia de Foucault sem tratar de “formação discursiva”? ou, no caso da retórica, considerar logoi (os argumentos racionais) e ethos sem mencionar a noção de

pathos? Além disso, tendo no horizonte a necessidade de manter uma vigilância epistemológica, que implicações se colocam diante da utilização de Berger e Luckmann, Bourdieu, Foucault, que têm posicionamentos distintos, na mesma pesquisa?

Embora a ideia de instituição esteja vinculada à de estabilidade, pensar o jornalismo como sob esse viés pode ajudar a entender a natureza das mudanças (RYFE, 2006). Em um contexto de incertezas e reconfigurações da instituição jornalística, a identificação de discursos e argumentos legitimadores ajuda a compreender como o jornalismo explica e justifica sua pertinência social na atualidade.

## Referências

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. Cap. 5, p. 119-144.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENSON, Rodney. News media as a “Journalistic Field”: what Bourdieu adds to new institutionalism, and vice versa. **Political Communication**, v. 23, p. 187-202, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Cap. 12, p. 163-168.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (org.). **Mediação e midiaticização**. Salvador: EDUFBA, 2012. P. 31-52.

FAUSTO NETO, Antônio. Notas sobre as estratégias de celebração e consagração do jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Ano V, n. 1, 109-121, jan./jun. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RYFE, David Michel. New institutionalism and the news. **Political Communication**, v. 23, p. 135-144, 2006.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

### **Corpus**

QUE muda e o que permanece, O. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2010. Notas e Informações, p. A3.

TODO poder tem limite. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 set. 2010. Editorial, p. A1 (Capa).



# FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br  
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO 400 10 • DOMINGO, 26 DE SETEMBRO DE 2010 • Nº 26.761 EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA AS 22H06 • R\$ 4,00

**EDITORIAL**

## Todo poder tem limite

Os altos índices de aprovação popular do presidente Lula não são fortuitos. Refletem o ambiente internacional favorável aos países em desenvolvimento, apesar da crise que atinge o mundo desenvolvido. Refletem, em especial, os acertos do atual chefe do Estado.

Lula teve o discernimento de manter a política econômica sensata de seu antecessor. Seu governo conduziu à retomada do crescimento e ampliou uma antes incipiente política de transferências de renda aos estratos sociais mais carentes. A desigualdade social, ainda imensa, começa a se reduzir. Ninguém lhe contesta seriamente esses méritos.

Nem por isso seu governo pode julgar-se acima de críticas. O direito de inquirir, dividir e divergir da autoridade pública é o cerne da democracia, que não se resume apenas à preponderância da vontade da maioria.

Val longe, aliás, o tempo em que não se respeitavam maiorias no Brasil. As eleições são livres e diretas, as apurações, confiáveis — e ninguém questiona quem o vencedor toma posse e governa.

Se existe risco à vista, é de enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos que protege as liberdades públicas e o direito ao discurso quando se formam ondas eleitorais avassaladoras, ainda que passageiras. Nesses períodos, é a imprensa independente quem emite o primeiro alarme, não sendo outro o motivo do nervosismo presidencial em relação a jornais e revistas nesta altura da campanha eleitoral.

Pois foi a imprensa quem revelou ao país que uma agência da Receita Federal plantada no berço político do PT, no ABC paulista, fora convertida em órgão de espionagem clandestina contra adversários. Foi a imprensa quem mostrou que o principal gabinete do governo, a assessoria imediata de Lula e de sua candidata Dilma Rousseff, estava minado por espantosa infiltração de interesses particulares. É de calcular o grau de desleixo para com o dinheiro e os direitos do contribuinte ao longo da vasta extensão do Estado federal.

Esta Folha procura manter uma orientação de independência, pluralidade e apartidarismo editoriais, o que reduzida em questionamentos incisivos durante períodos de polarização eleitoral. Quem acompanha a trajetória do jornal sabe o quanto essa mesma orientação foi incômoda ao governo tucano. Basta lembrar que Fernando Henrique Cardoso, na entrevista em que se despediu da Presidência, acusou a Folha de haver tentado insular seu impeachment.

Lula e a candidata oficial têm-se limitado até aqui a vituperar a imprensa, essencialmente seu próprio direito à livre expressão, embora em termos incompatíveis com a seriedade requerida no exercício do cargo que pretendem intercambiar.

Fiquem ambos advertidos, porém, de que tais bravatas somente redobram a confiança na utilidade pública do jornalismo livre. Fiquem advertidos de que tentativas de controle da imprensa serão repudiadas — e qualquer governo terá de violar cláusulas pétreas da Constituição na aventura temerária de implantá-las.



**serafina**  
Fernanda Takai,  
bonequinha de  
luxo e de ferro  
Pág. 58  
+  
Ruy Castro  
Ben Affleck  
Louis Garrel

**sãopaulo**



51 sugestões  
para aproveitar  
a primavera Pág. 74

PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

## PT repete os erros do mensalão, diz Marina

Para a candidata do PV, José Serra (PSDB) faz 'colagem de promessas' sem critério



Público brinca em "Divisor", de Lygia Pape (1927-2004)

**PODER**  
Bialen começa com performance  
de 1968 refeita por cem pessoas  
e invasão de pichador Pág. A11

A candidata do PV à Presidência, Marina Silva, afirma que uma parte do PT "parece não ter aprendido" com o escândalo do mensalão, que ocorreu em 2005.

Ex-ministra do Meio Ambiente de Lula e filiada ao PT até 2009, Marina chamou de "gravíssimas" as acusações de tráfico de influência na Casa Civil e disse que os peixes tentam abafar o caso para proteger sua candidata, Dilma Rousseff.

Marina também acusou o PSDB de "falta de sensibilidade" com o social, tanto na gestão FHC quanto na oposição a Lula, e afirmou que José Serra, candidato nato ao Planalto, faz uma "colagem de promessas" sem critério. Pág. 8p. 1

**ESPECIAL**  
Caderno ajuda a escolher a escola infantil bilingue mais adequada  
Págs. 1 a 24

**ESPORTE**  
Santos goleia Cruzeiro, Palmeiras vence e São Paulo perde em casa  
Págs. 04, 06 e 016

**ILUSTRÍSSIMA**  
Sergio Fausto responde a texto de André Singer sobre o lulismo  
Pág. 7

**Netinho já tinha batido em mulher antes de agredir ex**

O candidato ao Senado Netinho de Paula (PC do B) agrediu uma superintendente da Vasp quatro anos antes de bater na ex-mulher. Ele também deve R\$ 400 mil pelo uso da marca Negritude. Sua assessoria não comentou episódios. Pág. 9p. 9

**CLASSIFICADOS**  
78 5.147 páginas anúncios

**LIVROS QUE MUDARAM O MUNDO**  
Coleção traz hoje "A interpretação dos Sonhos", de Freud

**Hospitais de SP atraem mães para tratar bebês com males cardíacos**  
Pág. C14

**Auditorias fazem ressalvas a gestão de Serra em SP**

O Tribunal de Contas do Estado apontou problemas em saúde, moradias para baixa renda e expansão do metrô quando José Serra foi governador. Tucano diz que ressalvas são "irrelevantes" e que as contas foram aprovadas pelo TCE. Pág. 8p. 3

**FALE COM A FOLHA**  
Vale saber antes de contratar: veja sempre as condições, as cláusulas e as condições. Não deixe de ler.

402 páginas • 330.718 exemplares  
(incluindo o suplemento de 18 de Setembro de 2010)  
Circulação em São Paulo: 110.000 exemplares  
Circulação no Brasil: 110.000 exemplares

**EDITORIAIS** Pág. A2  
Leia "No labirinto", sobre indefinição em torno da Lei da Ficha Limpa; e "Bravata de Ahmadinejad", criticando declaração de presidente do Irã.

**ATMOSFERA** Pág. C2  
O que diz sobre o clima  
Mitos 100% • Mitos 100%

**SP tem 14 das 15 cidades mais desenvolvidas, mostra ranking**  
Págs. C4 e C5

**boa notícia** Pág. B11  
Mineradora investe quase R\$ 400 mil no MIT brasileiro

